

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021 POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Farroupilha (RS)

ECOFAR S.A.

Edital de Pregão Presencial nº 02/2021

Objeto: Destinação final de resíduos sólidos de construção civil, provenientes da limpeza urbana do município de Farroupilha.

Tipo de julgamento: Menor Preço.

O Diretor-Presidente da Companhia ECOFAR - Empresa Farroupilhense de Saneamento e Desenvolvimento Ambiental - S.A, no uso de suas atribuições estatutárias, torna público e para conhecimento dos interessados, que às 09h30min, 29 de setembro do ano de 2021, na sala de reuniões da Companhia, no setor administrativo da ECOFAR localizada na Rua Thomas Edson nº 427, Bairro Centro, reunir-se-ão pregoeira e a equipe de apoio, constituídos pela Portaria de Designação n.º 08/2021, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, visando a aquisição do objeto descrito no preâmbulo deste edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, da Lei Federal nº 13.303, de 30-06-2016, do Decreto Municipal nº 4.091, de 22 de fevereiro de 2005, do Decreto Municipal 5.580, de 24 de abril de 2014, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações da Lei Complementar Federal nº 147, de 08 de agosto de 2014, e da regulamentação da Lei Municipal nº 4.167 de 14 de outubro de 2015, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais regulamentações pertinentes vigentes, e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na destinação final de resíduos sólidos de construção civil provenientes da limpeza urbana do Município de Farroupilha, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

ecoar solução e responsabilidade

EMPRESA FARROUPILHENSE DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL S/A

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá

apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados,

não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a

seguinte inscrição:

À COMPANHIA ECOFAR S.A

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL COMPLETA E CNPJ)

À COMPANHIA ECOFAR S.A

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL COMPLETA E CNPJ)

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por

meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que

devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório,

no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de

identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser

apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado,

deverá apresentar:

Página 2 de 29



- a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
- a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:
 - a.5) registro comercial, se empresa individual.
 - **b)** se representada por procurador, deverá apresentar:
- **b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- **b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, com firma reconhecida, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame (vide Anexo III).
- **Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.
- **Observação 2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- c) as licitantes deverão apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (vide Anexo IV).
- **3.4.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.
- **3.5.** No caso de entrega dos envelopes por remessa postal ou outro meio que não seja o seu representante legal, o credenciamento da licitante se dará:



- a) quando a proposta e demais documentos estiverem assinados pelo representante legal, a licitante deverá enviar cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social;
- **b)** quando assinado por pessoa que não seja o representante legal, a licitante deverá enviar cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social acompanhado de instrumento público ou particular de procuração ou carta de credenciamento, nos termos da alínea "b" do item 3.3, para efeitos de comprovação dos poderes para assinar tais documentos.
- **3.5.1.** Nessa hipótese, os referidos documentos deverão ser enviados fora dos envelopes, juntamente com a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação Anexo IV e com os envelopes nº 01 e nº 02.
- **3.6.** A empresa que pretende utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3 deste edital, deverá apresentar, no momento do credenciamento, certidão expedida pela Junta Comercial ou declaração assinada pelo contador (conforme modelo do Anexo VII), do ano corrente (2021), comprovando enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte, para fins de aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. No caso do licitante se enquadrar com Microempreendedor Individual (MEI), a comprovação do enquadramento será realizada através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI).

Obs.: Se a empresa apresentar declaração assinada pelo contador, esta deverá estar acompanhada da Certidão de Regularidade Profissional do contador signatário em vigor, emitida pelo site http://sistema.crcrs.org.br/SPW/crpentrada mod01.htm.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

- **4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, a pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes nº s 01 PROPOSTA e 02 DOCUMENTAÇÃO.
- **4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.
- **4.3.** A pregoeira realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:
- **a)** comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

ecolor solução e responsabilidade

EMPRESA FARROUPILHENSE DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL S/A

b) apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação

(vide anexo IV).

5. DA PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta (vide anexo II), cujo prazo de validade é fixado pela Companhia em 60 dias de

sua apresentação, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas,

sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem

clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) preço total, devendo incluir todas as despesas com custos com pessoal, obrigações

sociais, fiscais, comerciais e trabalhistas, previdenciários e tributários, seguros, transporte, lucro,

treinamento e/ou reciclagem de pessoal, despesas administrativas/operacionais, taxas,

embalagens, tarifas, fretes, descarga, equipamentos de segurança, uniforme personalizado, crachá

de identificação, responsabilidade civil, transporte de pessoal aos locais de prestação dos serviços

e retorno dos mesmos, auxílio alimentação/lanche, considerando inclusive repousos remunerados,

feriados e pontos facultativos;

c) valor unitário e valor total;

5.2. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo,

duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em

eventual contratação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta

de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão

fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da

vencedora.

6.1.1. Os lances serão pelo VALOR TOTAL.

Página 5 de 29



- **6.2.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
- **6.3.** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.
- **6.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- **6.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.
- **6.5.1.** Dada a palavra a licitante, esta disporá de 30s (trinta segundos) para apresentar nova proposta.
- **6.6.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- **6.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.
- **6.8.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.
- **6.9.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- **6.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- **6.11.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.
- **6.12.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço, desde que a proposta tenha sido



apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

- **6.13.** Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
 - b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do Anexo I;
- **d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

- **6.14.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- **6.15.** Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art.
- 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5 deste edital.
- **6.15.1.** Entendem-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- **6.16.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- **a)** A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- **b)** Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.



6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as

exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da

proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta

de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou

cooperativa.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de

outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na

ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos

interpostos.

6.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer

informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações da

Companhia, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para

continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE

Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se

tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de

documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão

competente, quando a atividade assim o exigir;

Página 8 de 29



- **e)** declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei de Licitações (vide anexo V);
- **f)** Declaração que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358-02 (vide anexo VI);
- **g)** certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor do Foro da Sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias;
- **7.1.1.1.** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.1 (letras "a", "b" e "d"), a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (DIRE) ou do Município (Alvará), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- **b)** prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional de Seguridade Social INSS);
 - c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
 - d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
 - e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- **f)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, emitida pelo www.tst.jus.br/certidão.

7.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência e ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor do Foro da Sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias;



7.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.2. A empresa deverá apresentar Licença de Operação válida do destinatário para triagem e

destinação final do resíduo, durante o período de execução contratual.

7.2.1. A microempresa e a empresa de pequeno porte que atender ao item 3.5, que possuir restrição

em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item 7.1.2 deste

edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a

sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis a da sessão em que foi declarada como vencedora do

certame.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período,

a critério da Companhia, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante

o transcurso do respectivo prazo.

7.2.3. Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será encerrada após o

julgamento da habilitação da empresa licitante.

7.2.4. O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno

porte da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.5. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação

do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades

previstas no item 16.5, alínea a, deste edital.

7.3. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de

60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele

período, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor

preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e

examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim,

sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada

vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que

seja obtido preço melhor.

Página 10 de 29

ecoar solução e responsabilidade

EMPRESA FARROUPILHENSE DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL S/A

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora

e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor

recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na

decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de

recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o

registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre

as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente,

proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública

do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato

recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir,

acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5

(cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver

dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS E DA GARANTIA:

10.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Companhia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis,

convocará a vencedora para assinar o Contrato de Prestação de Serviços, sob pena de decair do

direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período,

desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3. A ata de registro de Preços terá validade de 12 meses, a contar da data de assinatura.

11. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

Página 11 de 29



- **11.1.** A prestação de serviço deverá ser realizada de acordo com o indicado na Ordem de Serviço (quantitativo e local), emitida pelo Setor de Compras e Licitações.
- **11.2.** Verificada a desconformidade da prestação de serviço, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias, no prazo máximo de 24 horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
- **11.3.** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue mensalmente no setor financeiro da Companhia.
- **11.4.** Para o recebimento do objeto desta licitação, a Companhia designa o empregado Sr. Paulo de Castro, designado pela Portaria nº 09/2021, que fará o recebimento da seguinte forma:
- a) provisoriamente, no ato da entrega da nota fiscal, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação:
- **b) definitivamente**, com a assinatura de recebimento na nota fiscal, após a verificação da qualidade, características dos equipamentos e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados após o recebimento provisório.
- **11.5.** Para fins de pagamento, a licitante vencedora, deverá informar a Companhia ECOFAR S.A., ou em sua Proposta de Preços (envelope nº 01) o banco, n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da licitante vencedora.
- **11.6.** A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, **em local de fácil visualização, número do pregão e da ordem de compra**, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do documento e posterior liberação para pagamento.
- **11.7.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo mediante a entrega da Nota Fiscal.
- **11.8.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em nome da Companhia ECOFAR S.A., CNPJ 24.058.151/0001-69.

12. DAS PENALIDADES:

12.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Companhia pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado do fornecimento;
- **b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Companhia pelo prazo de 2 anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Companhia pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- **d)** executar o Contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) executar o Contrato com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato:
- f) inexecução parcial do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Companhia pelo prazo de 2 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- **g)** inexecução total do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Companhia pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Companhia pelo prazo de 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato;
- i) apresentar documentação falsa exigida para o certame: declaração de idoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Companhia pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre a quantidade total estimada do contrato.
- **12.2.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, a Companhia, no setor de Compras e



Licitações, sito na Rua Thomas Edson, nº 427, ou pelo e-mail **licitacoes@ecofar.com.br**, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes.

- **13.2.** Impugnações e recursos referentes a este edital deverão ser protocolados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes, no caso das impugnações, no Setor Administrativo, localizado na Rua Thomas Edson, 427. Não serão aceitos impugnações e recursos enviados por e-mail ou via postal (correios).
- **13.3.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no escritório central da Companhia, setor de Licitações ou através do site www.ecofar.com.br
- **13.4.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.
- **13.5.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de telefone.
- **13.6.** Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou empregado da Companhia, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.
- **13.7.** As cópias extraídas da internet de documentos serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Companhia.
- **13.8.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Companhia.
- **13.9.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- **13.10.** O pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- **13.11.** A Diretoria da ECOFAR poderá revogar o procedimento licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para

ecoar ecoar

EMPRESA FARROUPILHENSE DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL S/A

justificar tal conduta, podendo, ainda, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de

terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.12. Em caso de disputa de preços durante a fase de lances, a empresa deverá aplicar o desconto

dado de forma proporcional no valor mensal.

13.13. Solicitações de reequilíbrio financeiro, de reajuste contratual e quaisquer outras dúvidas

referentes a este processo licitatório, deverão ser feitas através de processo administrativo

protocolado no Setor de Compras e Licitações, localizado na Rua Thomas Edson, nº 427, Centro.

13.14. Fica eleito o Foro da Comarca de Farroupilha para dirimir quaisquer litígios oriundos da

licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais

privilegiado que seja.

Farroupilha, 15 de setembro de 2021.

Renato Ferrari Tartarotti
Diretor-Presidente

Senhor Diretor Presidente:

O presente edital do pregão presencial 02/2021, possui

condições de publicação no que tange aos seus aspectos

jurídicos.

Assessor Jurídico Ecofar S/A., 15/09/2021.

Adenir Lazzaretti

Assessor Jurídico da Ecofar S/A

OAB/RS 27.489

Página 15 de 29



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. As presentes especificações têm por objetivo definir o conjunto de elementos que orientarão o procedimento licitatório destinado a contratação de empresa para destinação final de resíduos sólidos de construção civil, conforme especificações deste edital e seus anexos.

Item	Descrição	Unid.	Quantidade Estimada
	Destinação final de resíduos sólidos de construção civil,		
01	provenientes da limpeza urbana do município de	Unidade	600
	Farroupilha, cargas com média de 10 m³.		

- **1.2.** A coleta e o transporte serão por conta da contratante (ECOFAR), que irá se destinar os resíduos em cargas com horários distintos, cargas com média de 10 m³.
- **1.3.** A contratada deve ser licenciada pelo órgão fiscalizador.

2. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO:

- **2.1.** Para o recebimento dos objetos desta licitação, a Companhia designa o empregado **Paulo de Castro**, nomeado pela Portaria nº 09/2021, que fará o recebimento nos termos do art. 69, IV, da Lei 13.303/16 e suas alterações, da seguinte forma:
- **a)** provisoriamente, no ato prestação dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;
- **b)** definitivamente, com a assinatura de recebimento na nota fiscal, após a verificação da qualidade, características e quantidades dos serviços e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.
- **2.2.** Em caso da prestação dos serviços em desacordo com o determinado por esse edital, a contratada deverá, imediatamente, realizar as correções necessárias.
- 2.3. O pagamento ocorrerá por meio de boleto bancário a ser emitido pela contratada.



2.4. A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, número do

pregão e da ordem de compra, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do documento e

posterior liberação para pagamento.

2.5. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo

mediante a entrega da Nota Fiscal.

2.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em nome da Companhia ECOFAR S.A., CNPJ

24.058.151/0001-69.

3. OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA:

3.1. Providenciar o pagamento na forma ajustada, receber o objeto nas condições e prazos pré-

estabelecidos;

3.2. Fiscalizar a prestação do serviço.

5. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

4.1. Fornecer o objeto na forma, prazo e nas condições exigidas, sob pena de aplicação das

penalidades previstas em Lei e neste Edital.

4.2. Manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos aos veículos, como IPVA, seguro total

obrigatório, despesas e outros ônus provenientes de infração às leis de trânsito;

4.11. O fornecedor deverá responder por quaisquer danos pessoais e ou materiais causados à

ECOFAR e ou seus funcionários, aos funcionários da própria fornecedora e ou a terceiros em virtude

de atos omissivos e/ou comissivos, culposos e/ou dolosos, praticados pela fornecedora e/ou seus

prepostos ou empregados, decorrentes do fornecimento do objeto.

4.14. Adotar todos os critérios de segurança necessários ao cumprimento do objeto deste contrato;

4.15. Promover as correções necessárias imediatamente, caso verificada a desconformidade da

prestação dos serviços com alguma das estipulações do edital;

4.16. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos nas condições

anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Companhia, nem poderá onerar

Página 17 de 29



o objeto do contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Companhia.



ANEXO II

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

RAZÃO	SOCIAL:						
CNPJ:	CNPJ: FONE/FAC-SÍMILE:						
E-MAIL	E-MAIL:						
Para ela	aboração da Proposta de Preços o	deverá ser le	vado em conta	, pelo fornec	edor, a		
descriç	ão constante no Anexo I – Termo	de Referênc	ia do Edital.				
Item		Unidade	Quantidade	Valor	Valor R\$		
	Serviço		Estimada	Unitário	Total		
	Destinação final de resíduos						
	sólidos de construção civil,	Unidade	600				
1	provenientes da limpeza urbana						
	do município de Farroupilha.						
		I					
LOCAL	E DATA:						

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO III

CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a).			portador(a) da
Cédula de Identidade com RG n.º			
licitatório, consistente no Pregão Presencial n.	02/2021 , pode	ndo praticar <u>todo</u>	<u>s</u> os atos inerentes
ao referido procedimento, no que diz respeito d	a representada	, inclusive os pod	eres para formular
lances, negociar preços, interpor e desistir de re	ecursos em toda	as as fases licitató	orias.
	_, em de _		de 2021.
Nome completo e assinatura o	lo representan	te legal da empr	esa
(RECONHECE	R EM CARTO	ÓRIO)	



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Razão Social da Licitante), por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que <u>cumpre plenamente</u> os requisitos de habilitação definidos no edital do Pregão Presencial n.º 02/2021.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
, em de de 2021.
Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

LEMBRETE: Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Razão Social da Licitante), por meio de s Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que <u>não foi</u> considerada <u>INIDÔNEA</u> contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei de Licitações	para licitar ou
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.	
, em de	de 2021
	00 2021.
	_

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VI

	<i>,</i>	_	-	\sim	\mathbf{n}	/ A \
$\Lambda I M$		· ·		<i>,</i> , , , ,	10 t N	, ,, ,
AO(_			.,	15.1	

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Licitante), por meio de seu [iretor ou
Responsável Legal, declara, para os fins de direito, na qualidade de licitante do presente	processo
licitatório, que, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7.º da Constituição Fed	eral, não
possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho	noturno,
perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho,	salvo na
condição de aprendiz, a contar dos 14 (quatorze) anos.	
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.	
, em de	de 2021.

Página 23 de 29

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa



ANEXO VII

AO(À) PREGOEIRO(A)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME, EPP e COOP

(Razão Social da Licitante), por meio de seu Responsável
Legal e,	Contador ou Técnico Contábil, declaram, sob as penas da lei, que:
а) enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
b	o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos
	I e II, art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações;
C) não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a X, da mesma Lei.
F	Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
	, em de de 2021.
	Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
Nome o	completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura

do contador ou técnico contábil da empresa.

LEMBRETE: Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.



ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 02/2021

Aos (.....) dias do mês de (....) do ano de dois mil e vinte e um, presentes, de um lado, a EMPRESA FARROUPILHENSE DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL S.A.- ECOFAR S.A., sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob n.º 24.058.151/0001-69, estabelecida na Rua Alberto Matte, nº 895, Bairro América, em Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, doravante denominado abreviadamente COMPANHIA, neste ato representado por seu Diretor-Presidente Sr. Renato Ferrari Tartarotti, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, inscrito no CPF nº 264.254.670-53, e com identificação no RG nº 9004954575, expedido pela SSP-RS, residente e domiciliado na Rua Dr. Jayme Rossler, nº 133, apto. 303, Bairro Planalto, em Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, e, de outro lado, as empresas devidamente qualificadas no quadro geral adiante expresso, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDORES, nos termos da Licitação nº 02/2021, na modalidade de Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços de, que julgou vencedoras as propostas destes, na qual as partes encontram-se vinculadas, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de conformidade com os dispositivos instituídos pela Lei Federal nº 13.303/2016, suas posteriores alterações e demais disposições legais pertinentes, aos quais se sujeitam, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto da presente Ata é o registro dos preços para contratação de empresa especializada na destinação final de resíduos sólidos de construção civil provenientes da limpeza urbana do Município de Farroupilha, conforme especificação constante no Anexo I (Termo de Referência), do edital de pregão presencial nº 02/2021, mediante o estabelecido nesta Ata e no Pregão Presencial nº 02/2021, conforme descrição e preços constantes do quadro geral adiante expresso. § 1ºFazem parte integrante desta Ata, independentemente de sua transcrição, as propostas dos FORNECEDORES, e demais elementos constantes no Pregão Presencial nº 02/2021, aos quais as partes acham-se vinculadas; § 2ºA existência de preços registrados não obriga a COMPANHIA a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, de acordo com o art. 15º do Decreto Municipal nº 5.580/2014. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES: São responsabilidades e obrigações dos FORNECEDORES: a) fornecer e manter com regularidade a prestação dos serviços, atendendo de acordo com as condições e



especificações constantes nesta Ata, no Pregão Presencial nº 02/2021 e proposta apresentada; b) desempenhar fielmente as obrigações assumidas nesta ata, no Pregão Presencial nº 02/2021 e proposta apresentada, bem como cumprir todas as orientações da COMPANHIA para a perfeita execução contratual; c) promover a prestação dos serviços na forma e nos prazos e locais previamente determinados no Pregão Presencial nº 02/2021 ou estabelecidos pela COMPANHIA: d) sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da COMPANHIA encarregado de acompanhar a execução contratual, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas; e) todas as despesas decorrentes da aquisição, tais como, transporte, entrega, mão-de-obra, equipamentos, instrumentos, locomoções, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outros que forem devidos relativamente à execução contratual; f) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; g) assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a sua convocação. h) Durante a validade do registro de preços, a contratada deverá atender a todas as prerrogativas que lhe competem e todo o atendimento necessário será prestado no local da prestação dos serviços, com prazo de atendimento de, no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a contar da hora do chamado. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO: O preço de cada item do objeto desta Ata está especificado no quadro geral adiante expresso. Parágrafo único. Os preços registrados são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte, bem como qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada nesta Ata e no Pregão Presencial nº 02/2021. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO: O pagamento para a prestação dos serviços será efetuado até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo, mediante a apresentação da Nota Fiscal. Parágrafo único. O preço a ser pago será o vigente na data do pedido, independentemente do preço em vigor na data de entrega. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS: Os FORNECEDORES, em função da dinâmica do mercado, poderão solicitar a atualização dos preços registrados, mediante solicitação a COMPANHIA, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de prestadores de serviços similares, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes, etc. § 1º A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época. § 2º Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão



ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador. § 3º Independentemente da solicitação de que trata esta cláusula, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura da Ata de Registro de Precos. CLÁUSULA SÉTIMA - DA AQUISIÇÃO: A aquisição com os FORNECEDORES será formalizada por intermédio de contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ou outro instrumento similar. § 1º A prestação dos serviços será realizada de acordo com solicitação já constante no Edital. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA: § 1º A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, prestar a totalidade da prestação dos serviços solicitas nas especificações constantes neste edital, sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital. § 2º Todo e qualquer fornecimento de serviços fora do estabelecido neste edital será, imediatamente, notificada à licitante vencedora, que ficará obrigada a executa-los, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sujeitando-se, também, as sanções previstas neste edital. CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO: O objeto será recebido de acordo com o indicado na Ordem de Serviço, emitida pela Companhia e constantes neste edital. § 1º Todo e qualquer fornecimento de serviços fora do estabelecido neste edital será, imediatamente, notificado à licitante vencedora, que ficará obrigada a atender as condições exigidas pelo edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais obrigações, sujeitando-se, também, as sanções previstas neste edital. § 2º A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes dos serviços realizados originados através do registro de preços constante desta Ata e de competência da COMPANHIA serão suportadas por dotações orçamentárias próprias. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: A execução da ata será acompanhada e fiscalizada por representante da COMPANHIA, nos termos do art. 85 da Lei Federal nº 13.303/2016. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Além das cláusulas padrão estabelecidas pela área jurídica, também devem ser consideradas nas minutas de contrato as seguintes cláusulas. Sem prejuízo das demais disposições legais, em caso de inexecução, total ou parcial do objeto, bem como falhas ou atraso em sua execução, poderão ser aplicada as seguintes sanções e penalidades: I - advertência, quando da ocorrência de faltas consideradas leves, assim entendidas, aquelas que não acarretarem danos e/ou prejuízos à ECOFAR; II – multas: a) no percentual de até 5 % (cinco por cento) sobre o valor da ordem de compra, em caso de atraso injustificado na execução do objeto; b) no percentual



de até 5 % (cinco por cento) sobre o valor da ordem de compra, em caso de execução do objeto em desacordo com as especificações deste Termo de Referência; c) no percentual de até 5 % (cinco por cento) sobre o valor da ordem de compra, em caso de atraso injustificado na conclusão da execução do objeto; d) no percentual de até 5 % (cinco por cento) sobre o valor da ordem de compra, em caso de execução parcial do objeto, de forma reiterada; e) no percentual de até 5 % (cinco por cento) sobre o valor da ordem de compra, em caso de infringência injustificada de quaisquer outras cláusulas previstas no instrumento convocatório e ou contratual; III - cancelamento/rescisão antecipado(a) da contratação/ata de registro de preço; IV - Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a ECOFAR. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: Da penalidade aplicada caberá recurso na forma e prazos previstos no art. 59, § 1, da Lei Federal nº 13.303/2016. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR: O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando: a) descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços; b) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo previsto na alínea "g" da cláusula segunda desta Ata, sem justificativa aceitável; c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; d) presentes razões de interesse público. § 1º O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência, comprovada, de caso fortuito, força maior, fato de príncipe, fato da Companhia ou interferências imprevistas. § 2º A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do seu registro de preço não o desobriga a prestação de serviços até a decisão final da COMPANHIA, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de trinta (30) dias contados do seu recebimento, facultado a COMPANHIA a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA QUINTA - DO FORO: O foro da Comarca de Farroupilha/RS é o competente para dirimir as questões resultantes do presente instrumento. E assim, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, assinam a presente Ata, para os devidos fins.

EMPRESA FARROUPILHENSE DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL S.A.

FORNECEDORES

TESTEMUNHAS:



1) 2

QUADRO GERAL DE PREÇOS E FORNECEDORES

FORNECEDOR E QUALIFICAÇÃO						
, pessoa jurídica de direitocom inscrição no CNPJ nº						
com sede na Rua, nº, Bairro Cidade/_, CEP	,					
representado por seu proprietário, administrador, Sr,,,,	,					
, inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado na cidade	de					
/, na Rua, n°, Bairro, CEP						

Item	Descrição	Unid.	Quant. Registrada	Valor Unitário	Valor Total Estimado